CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO CEE N° 1307/84 - Ap. Proc. DRECAP-1 n° 6669/86

Reautuado em 10/11/87

INTERESSADAS: SECRETARIA DA EDUCAÇÃO/FUNDAÇÃO LAR DE SÃO BENTO/CAPITAL

ASSUNTO : Convênio de Cooperação Técnica e Recursos Humanos objetivando o desenvolvimento e melhoria do ensino gratuito de educação comum, ao nível de 1° grau - Terceiro Termo Aditivo

RELATORA : Conselheira Cecília Vasconcellos Lacerda Guaraná

PARECER CEE N° 1690/87 CONSELHO PLENO APROVADO EM 18/11/1987

1. HISTÓRICO E APRECIÇÃO

Em 29/08/84, este Conselho aprovou o Convênio a ser celebrado entre a Secretaria de Estado da Educação e a Fundação Lar de São Bento, da Capital, mantenedora da Escola "Casa Dom Macário", objetivando o desenvolvimento e melhoria do ensino gratuito de educação comum.

O Convênio, assinado pelas partes, em 23/10/84, foi objeto de dois termos aditivos: o primeiro, aprovado pelo Parecer CEE n° 1436/85 e assinado em 25/11/85 e o segundo, aprovado pelo Parecer CEE n° 1107/86 e assinado em 03/11/86.

Em 23/02/87, veio à apreciação deste Colegiado o Terceiro Termo Aditivo ao Convênio assinado em 24/10/84, sendo aprovado pelo Parecer CEE n° 0835/87, e, até o momento, não assinado pelas partes.

A Assistência Técnica da Comissão de Planejamento, analisando os autos, para verificar a possibilidade de coexistência desse Convênio com o outro celebrado pela Secretaria com a Fundação Lar de São Bento, para implantação do PROFIC, levantou dois problemas:

a) o primeiro, de ordem formal, referindo-se à necessidade de adequação da redação do Terceiro Termo Aditivo ao Convênio firmado, em 23/10/84, para refletir o atendimento a todas as solicitações feitas, então, pela entidade, o que estava implícito no total de recursos constantes daquele Terceiro Termo Aditivo, ou seja, Cz\$ 949.057,29 (novecentos e quarenta e nove mil, cinqüenta e sete cruzados e vinte e nove centavos);

b) o segundo, referindo-se à necessidade de maiores esclarecimentos quanto ao número total de docentes envolvidos nos dois Convênios, considerando-se o número de crianças atendidas.

A Secretaria da Educação, atendendo à diligência baixada por este Conselho, encaminha, agora, nova minuta do Terceiro Termo Aditivo ao Convênio firmado, em 23/10/84, e informa (fls. 155/157 do Proc CEE n° 1307/84):

"2. O Terceiro Termo reti-ratifica a Cláusula Segunda do Convênio de 23/10/84 e a Cláusula Segunda do Primeiro Termo Aditivo e de Reti-Ratificação de 25/11/85 que tratam das obrigações dos partícipes.

3. Nessa formalização procurou-se dar uma definição mais clara e mais detalhada das obrigações dos partícipes no que se refere a:

- concessão pela SECRETARIA de recursos financeiros para a contratação de professores regentes das classes de 1ª a 8ª séries do 1° grau cessando, conseqüentemente, os afastamentos de professores, previstos nos Termos anteriores;

- concessão pela SECRETARIA de recursos financeiros para as despesas com encargos sociais dos professores contratados para docência no 1º grau (8% FGTS e 13º Salário);

- concessão pela SECRETARIA de recursos financeiros para aquisição de matéria prima, material de consumo e de pequenos instrumentos para uso dos alunos nos cursos de aprendizagem.

4. Em relação à compatibilização dos dois convênios mantidos pela Secretaria com a Fundação Lar de São Bento procurou-se, para 1987, adequar o número de docentes às reais necessidades da entidade.

5. Para isto, foi mantido o número de professores Nível I necessário ao atendimento das crianças, através do Convênio PROFIC, de 26/02/87, e suprimido o número de professores - Nível I para atendimento das crianças, através do Convênio de Cooperação Técnica e de Recursos Humanos de 23/10/84, considerando o não prejuízo na assistência dada às crianças pela entidade.

6. Em conseqüência desta adequação proposta houve um redimensionamento dos recursos financeiros a serem repassados pela Secretaria, em função da alteração efetuada no tocante aos professores-Nível I e dos reajustes salariais (gatilhos) dos professores - Nível III, referentes ao exercício de 1987, conforme o detalhamento que se segue:

- repasse de recursos financeiros para pagamento de 12.246 horas/aula no valor correspondente à Referência Inicial do Professor III - Decreto n° 27.103, de 24/06/87, Decreto-Lei Federal n° 2284/86 e Lei Complementar Estadual n° 467/86, no valor de Cz\$ 894.254,00 (oitocentos e noventa e quatro mil e duzentos e cinqüenta e quatro cruzados);

- repasse de recursos financeiros para pagamento do 13º Salário no valor de Cz\$ 80.793,00 (oitenta mil e setecentos e noventa e três cruzados);

- repasse de recursos financeiros para pagamento de 8% sobre 2\$ 894.250,00 (oitocentos e noventa e quatro mil e duzentos e cinqüenta cruzados), referente ao FGTS no valor de Cz\$ 65.077,00 (sessenta e cinco mil e setenta e sete cruzados);

- repasse de recursos financeiros para pagamento da complementação salarial do exercício de 1986, em decorrência do reajuste salarial concedido aos professores estaduais (Decreto n° 26.007/86) no valor de Cz\$ 26.781,00 (vinte e seis mil e setecentos e oitenta e um cruzados);

- repasse de recursos financeiros para pagamento de matéria prima, material de consumo e de pequenos instrumentos, no valor de Cz\$ 100.868,00 (cem mil e oitocentos e sessenta e oito cruzados)".

Assim, o total dos recursos previstos a cargo da Secretaria para execução do Convênio, no exercício de 1987, passa a ser Cz\$ 1.086.980,00 (hum milhão, oitenta e seis mil, novecentos e oitenta cruzados), conforme Cláusula Segunda deste Terceiro Termo Aditivo e de

Reti-Ratificação, cuja minuta está anexa ao presente Parecer.

2. CONCLUSÃO

Aprova-se, nos termos deste Parecer, a nova minuta do Terceiro Termo Aditivo e de Reti-Ratificação do Convênio firmado, em 23/10/84, entre a Secretaria da Educação e a Fundação Lar de São Bento, da Capital, que substitui a já aprovada pelo Parecer CEE n° 0835/87.

São Paulo, 11 de novembro de 1.987.

a) Cons^a Cecília Vasconcellos L. Guaraná

Relatora

DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por unanimidade, a decisão da Comissão de Planejamento, nos termos do Voto do Relator.

Sala "Carlos Pasquale", em 18 de novembro de 1987

a) Cons^o JORGE NAGLE

Presidente